

Demonstrações Financeiras

Société Générale Equipment Finance S/A - Arrendamento Mercantil

30 de junho de 2023
com Relatório do Auditor Independente

Relatório da Administração

Prezados Clientes e Acionistas,

Em conformidade com às normas legais e estatutárias vigentes, a Administração do Société Générale Equipment Finance S/A - Arrendamento Mercantil submete   aprecia o de V.Sas. o Relatório de Administra o e as correspondentes Demonstra es Financeiras com o Relatório de Auditoria dos Auditores Independentes referente ao semestre findo em 30 de junho de 2023.

Responsabilidade Socioambiental

Em conformidade com as diretrizes da Política Ambiental Global do Grupo Société Générale e com base nos critérios estabelecidos na Resolu o CMN n  4.945/21, o Conglomerado reconhece a importância de sua responsabilidade quanto   questão socioambiental e climática na condu o de seus negócios e atividades.

O Grupo contribuiu para o desenvolvimento de uma metodologia que permite às institui es financeiras compreender melhor os riscos ambientais em suas atividades. Como membro ativo da Federa o Bancária Europeia (EBF) e da Federa o Bancária Francesa (FBF), o Grupo atua no sentido de promover a regulamenta o adequada do financiamento sustentável e apoia as propostas regulatórias em matéria de financiamento sustentável.

Os princípios socioambientais do Grupo Société Générale visam promover o desenvolvimento sustentável em parceria com as partes interessadas (clientes e colaboradores), através de uma rela o  tica e transparente, da preserva o do meio ambiente para as gera es futuras e o respeito   diversidade. O Conglomerado, por meio do Instituto Société Générale de Responsabilidade Social, tem como missão valorizar e transformar vidas humanas por meio da “promo o gratuita da educa o, capacita o profissional, esporte, saúde, preserva o do meio ambiente, arte e cultura”.

As políticas de Responsabilidade Ambiental e Social encontra-se no endereço eletrônico do sitio no Brasil, respectivamente: <https://societegeneralebrasil.com.br/site/responsabilidade-ambiental/> e <https://societegeneralebrasil.com.br/site/responsabilidade-social/>

Ouvidoria e Canal de Denúncias

Em atendimento ao disposto na Resolução CMN nº 4.859/20, o Grupo Société Générale designou o Canal de Denúncias aos seus funcionários, por meio do qual possa ser utilizado, sem a necessidade de se identificarem, situações com indícios de ilicitude de qualquer natureza, relacionadas às suas atividades. Ainda, em atendimento   Resolução CMN n  4.860/20, a companhia criou o Canal de Ouvidoria disponível para os clientes do Conglomerado SG no Brasil.

Os procedimentos e contatos para utilização dos canais podem ser encontrados no site da companhia: <https://equipmentfinance.societegenerale.com/en/about/our-locations/sgef-brazil/>

A Administração da Société Générale Equipment Finance S/A – Arrendamento Mercantil agradece aos clientes, e a nossos acionistas, o indispensável apoio e confiança depositados e aos colaboradores pelo empenho e dedicação.

São Paulo, 18 de agosto de 2023

Administradores

ROBERTO LUIS MARTINELLI DE OLIVEIRA

CYRIL DESIRE ALBERIS ANDRE (Responsável pela Contabilidade)

Contador

FÁBIO PAVANELLI FREDERICO - CRC - 1SP300531

Société Générale Equipment Finance S/A - Arrendamento Mercantil

Demonstra es financeiras

30 de junho de 2023

 ndice

Relat�rio do auditor independente sobre as demonstra�es financeiras.....	1
Demonstra�es financeiras auditadas	
Balan�o patrimonial	4
Demonstra�o do resultado	6
Demonstra�o do resultado abrangente	7
Demonstra�o das muta�es do patrim�nio l�quido.....	8
Demonstra�o dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas �s demonstra�es financeiras	10

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos

Acionistas e aos Administradores da

Société Générale Equipment Finance S/A - Arrendamento Mercantil

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Société Générale Equipment Finance S/A - Arrendamento Mercantil (“Instituição”) que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Société Générale Equipment Finance S/A - Arrendamento Mercantil em 30 de junho de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 18 de agosto de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC SP-034519/O



Marília Nascimento Soares
Contadora CRC SP-301194/O

SOCIETE GENERALE EQUIPMENT FINANCE S/A - ARRENDAMENTO MERCANTIL
BALANÇO PATRIMONIAL

(Em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Disponibilidades	6	<u>752</u>	<u>723</u>
Instrumentos Financeiros		<u>80.222</u>	<u>85.388</u>
Depósitos Interfinanceiros Ligadas	7a	80.219	85.388
Títulos e Valores Mobiliários		3	-
Operações de Arrendamento Mercantil	8	<u>195.933</u>	<u>187.953</u>
Arrendamento Mercantil Financeiro		195.933	187.953
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		<u>(9.334)</u>	<u>(9.116)</u>
(-) Provisão para Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9	(9.334)	(9.116)
Outros ativos		<u>12.148</u>	<u>12.173</u>
Diversos	10a	12.148	12.173
Imobilizado de Uso		<u>104</u>	<u>105</u>
Outras Imobilizações de Uso		904	894
(-) Depreciações Acumuladas		(800)	(789)
Intangível		<u>12</u>	<u>17</u>
Licenças de Uso - Software		659	659
(-) Amortização de Licença de Uso - Software		(647)	(642)
TOTAL DO ATIVO		<u><u>279.837</u></u>	<u><u>277.243</u></u>

SOCIETE GENERALE EQUIPMENT FINANCE S/A - ARRENDAMENTO MERCANTIL
BALANÇOS PATRIMONIAIS

(Em milhares de reais - R\$)

<u>PASSIVO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Depósitos e demais instrumentos financeiros		<u>126.108</u>	<u>123.363</u>
Depósitos Interfinanceiros Ligadas	12a	120.358	116.100
Empréstimos no Exterior	13	5.750	7.263
Provisões		<u>48.280</u>	<u>47.566</u>
Fiscais e Previdenciárias	10b	1.456	3.142
Diversas	10b	46.824	44.424
Provisões para contingências	10b e 21	<u>26</u>	<u>17.291</u>
Outros passivos		<u>424</u>	<u>325</u>
Descontos Obtidos a Diferir	14	424	325
Obrigações fiscais diferidas	11c	<u>8.428</u>	<u>6.726</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>96.571</u>	<u>81.972</u>
Capital Social	15a	84.398	84.398
Reservas de Capital		1.264	1.291
Reserva Legal		273	273
Lucro/(Prejuízo) Acumulados		10.636	(3.990)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>279.837</u>	<u>277.243</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SOCIETE GENERALE EQUIPMENT FINANCE S/A - ARRENDAMENTO MERCANTIL

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais - R\$) - Exceto o lucro por ações

	<u>Nota explicativa</u>	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		<u>15.851</u>	<u>12.039</u>
Resultado de Operações de Arrendamento Mercantil	8	10.865	7.759
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	7b	4.986	4.280
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		<u>(5.924)</u>	<u>(992)</u>
Operações de Captações no Mercado	12b	(6.143)	(3.881)
Operações de Empréstimos e Repasses	13	436	1.737
Constituição de provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	9	(217)	1.152
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		<u>9.927</u>	<u>11.047</u>
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		<u>8.187</u>	<u>(7.327)</u>
Rendas de Tarifas Bancárias		28	27
Despesas de Pessoal		(8.182)	(8.037)
Outras Despesas Administrativas	17	(3.493)	(3.480)
Despesas Tributárias		(1.560)	(1.969)
(Constituição)/ Reversão com Contingências	21b	17.264	700
Outras Receitas Operacionais	18	4.305	5.590
Outras Despesas Operacionais	19	(175)	(158)
RESULTADO OPERACIONAL		<u>18.114</u>	<u>3.720</u>
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		<u>-</u>	<u>-</u>
PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS NO LUCRO		(1.786)	(1.703)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		<u>16.328</u>	<u>2.017</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	11	<u>(1.702)</u>	<u>84</u>
Imposto de Renda Corrente		-	-
Contribuição Social Corrente		-	-
Passivo Fiscal Diferido		(1.702)	84
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE		<u>14.626</u>	<u>2.101</u>
LUCRO POR AÇÕES - R\$		4,76	0,68

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SOCIETE GENERALE EQUIPMENT FINANCE S/A - ARRENDAMENTO MERCANTIL

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE		<u>14.626</u>	<u>2.101</u>
Outros Resultados Abrangentes que não serão reclassificados para lucros ou prejuízos:		<u>(27)</u>	<u>(88)</u>
Plano de Benefícios	20	<u>(27)</u>	<u>(88)</u>
Pagamento baseado em ações		<u>(27)</u>	<u>(88)</u>
RESULTADO ABRANGENTE DO SEMESTRE		<u>14.599</u>	<u>2.013</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SOCIETE GENERALE EQUIPMENT FINANCE S/A - ARRENDAMENTO MERCANTIL

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota Explicativa</u>	<u>Capital Social</u>	<u>Reservas de Capital</u>	<u>Reserva Legal</u>	<u>Prejuízos Acumulados</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		<u>84.398</u>	<u>1.364</u>	<u>273</u>	<u>(3.374)</u>	<u>82.661</u>
Plano de Pagamento Baseado em Ações		-	(88)	-	-	(88)
Lucro no Semestre		-	-	-	2.101	2.101
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022		<u>84.398</u>	<u>1.276</u>	<u>273</u>	<u>(1.273)</u>	<u>84.674</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		<u>84.398</u>	<u>1.291</u>	<u>273</u>	<u>(3.990)</u>	<u>81.972</u>
Plano de Pagamento Baseado em Ações	20	-	(27)	-	-	(27)
Lucro no Semestre		-	-	-	14.626	14.626
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023		<u>84.398</u>	<u>1.264</u>	<u>273</u>	<u>10.636</u>	<u>96.571</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SOCIETE GENERALE EQUIPMENT FINANCE S/A - ARRENDAMENTO MERCANTIL

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais - R\$)**

	Nota <u>Explicativa</u>	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro/Prejuízo Líquido do Semestre		14.626	2.101
Ajustes que não afetam o Fluxo de Caixa		<u>(21.729)</u>	<u>(3.760)</u>
Depreciações e Amortizações		15	(193)
Insuficiência (Superveniência) de Depreciação	8	(6.808)	289
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	11c	1.702	(84)
Variação Cambial de Empréstimos	13	494	(2.492)
Juros sobre Empréstimos	13	(58)	755
Constituição/(Reversão) de Contingência	21	(17.264)	(700)
Plano de Pagamento Baseado em Ações	20	(27)	(88)
Provisão para Operações de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	9	<u>217</u>	<u>(1.247)</u>
Lucro/Prejuízo Líquido do Semestre/ Exercício Ajustado		(7.103)	(1.659)
Variação de Ativos e Obrigações		<u>9.092</u>	<u>12.608</u>
(Aumento)/ Redução em Operação de Arrendamento Mercantil		(1.172)	4.979
(Aumento)/ Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		5.169	4.915
(Aumento)/ Redução em TVM		(3)	-
(Aumento)/ Redução de Outros Créditos		26	16.686
Aumento/ (Redução) em Outras Obrigações		2.110	(40.086)
Aumento/ (Redução) em Depósitos Interfinanceiros		4.258	28.438
Aumento/ (Redução) em Resultado de Exercícios Futuros		98	(299)
Impostos pagos		(1.394)	(2.025)
Caixa Líquido proveniente das Atividades Operacionais		<u>1.989</u>	<u>10.949</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de Imobilizado de Arrendamento		-	3.621
Aquisição de Imobilizado de Uso		(10)	-
Caixa Líquido usado nas Atividades de Investimento		<u>(10)</u>	<u>3.621</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Dividendos pagos		-	-
Redução em Obrigações por Empréstimos e Repasses		<u>(1.949)</u>	<u>(14.726)</u>
Caixa Líquido investido nas Atividades de Financiamento		(1.949)	(14.726)
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>30</u>	<u>(156)</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO SEMESTRE	6	<u>722</u>	<u>284</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO SEMESTRE	6	<u>752</u>	<u>128</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30/06/2023 E 31/12/2022 PARA CONTAS PATRIMONIAIS
DE 01/01 A 30/06 DE 2023 E 2022 PARA CONTAS DE RESULTADO
(Em milhares de reais - R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Société Générale Equipment Finance S/A - Arrendamento Mercantil (“Sociedade”) tem por objeto social a prática das operações de arrendamento mercantil definidas pela Lei nº 6.099, de 12 de setembro de 1974, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro 2007, e Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 em consonância, quando aplicável, com os normativos do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN). Suas operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, tendo certas operações a co-participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do Conglomerado Prudencial do Société Générale Brasil. O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo critérios de praticabilidade e razoabilidade, em conjunto ou individualmente.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e do Comitê de Procedimentos Contábeis (CPC), no que forem aplicáveis.

A Resolução BCB nº2, de 12 agosto de 2020 consolida os critérios gerais para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras, incluindo: a apresentação da Demonstração do Resultado Abrangente. A norma prevê ainda que o Balanço Patrimonial passa a ser apresentado comparativamente à posição patrimonial do final do exercício social imediatamente anterior.

Estas Demonstrações Financeiras foram aprovadas pela diretoria e autorizadas a serem divulgadas em 18 de agosto de 2023.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis de avaliação dos elementos patrimoniais são as seguintes:

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando o critério “pro rata” dia para aquelas de natureza financeira.

As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, ou taxa de juros compostos, exceto aquelas relacionadas a operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear, ou taxa de juros simples.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até as datas dos balanços.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30/06/2023 E 31/12/2022 PARA CONTAS PATRIMONIAIS
DE 01/01 A 30/06 DE 2023 E 2022 PARA CONTAS DE RESULTADO
(Em milhares de reais - R\$)

b) Disponibilidades

São representados por disponibilidades em moeda nacional cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, e sendo utilizados pela Sociedade para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

c) Instrumentos financeiros

i) Depósitos Interfinanceiros

De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068, de 30 de novembro de 2001, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, segundo a intenção da Administração, conforme segue:

- Títulos para negociação;
- Títulos disponíveis para venda; e
- Títulos mantidos até o vencimento.

Os títulos classificados como “para negociação” e “disponíveis para venda” são avaliados pelo seu valor de mercado, e os classificados como “mantidos até o vencimento” são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

d) Operações de Arrendamento Mercantil

A carteira de arrendamento mercantil é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda e contabilizados de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN, conforme seguem:

d.1) Arrendamento Mercantil Financeiro

As operações de arrendamento mercantil financeiro são registradas a valor presente, e as contas que compõem o saldo são descritas abaixo:

i. Arrendamento a receber

Os arrendamentos a receber são atualizados monetariamente de acordo com as condições determinadas nos contratos de arrendamento e o efeito é creditado na conta de “Rendas a apropriar de arrendamento mercantil”. As contraprestações de arrendamento são registradas como “Receitas da intermediação financeira – operações de arrendamento mercantil” pelo regime de vencimento das respectivas parcelas, conforme prevê a legislação aplicável.

ii. Rendas a apropriar

São atualizadas na forma do “Arrendamento a receber”, sendo apropriadas ao resultado quando dos vencimentos das parcelas contratuais. As rendas das operações de arrendamento que estiverem vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30/06/2023 E 31/12/2022 PARA CONTAS PATRIMONIAIS
DE 01/01 A 30/06 DE 2023 E 2022 PARA CONTAS DE RESULTADO
(Em milhares de reais - R\$)

iii. Imobilizado de arrendamento

É registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação dos bens do imobilizado de arrendamento é calculada pelo método linear, no prazo usual de vida útil, reduzido em 30% com amparo da Portaria nº 113/88 do Ministério da Fazenda, apenas quando o arrendatário for pessoa jurídica e o prazo do contrato de arrendamento mercantil for equivalente a no mínimo 40% do prazo de vida útil do bem arrendado. Essa depreciação é contabilizada a débito de “Resultado de Operações de Arrendamento Mercantil”.

iv. Valores residuais garantidos

Os valores residuais garantidos, os quais representam as opções de compra a vencer, bem como suas respectivas atualizações, são registrados na rubrica de “Valores residuais a realizar”, tendo como contrapartida a rubrica de “Valores residuais a balancear”.

v. Perdas de arrendamento a amortizar

Correspondem a perdas apuradas na venda de bens pelo valor residual dos contratos que são amortizados pelo respectivo prazo remanescente de vida útil dos bens arrendados.

vi. Superveniência ou insuficiência de depreciação

De acordo com a Circular nº 1.429 de 20 de janeiro de 1989, é efetuado o cálculo do valor presente dos arrendamentos financeiros a receber, utilizando a taxa interna de retorno de seu respectivo contrato. O valor assim apurado é comparado com o saldo residual contábil dos bens arrendados e das operações de arrendamento, registrando a diferença em insuficiência de depreciação, se negativa ou superveniência de depreciação, se positiva. A superveniência de depreciação é registrada no resultado, como receita na rubrica de “Operações de arrendamento mercantil” e a insuficiência de depreciação, quando apurada, é registrada também no resultado, como despesa na rubrica de “Operações de arrendamento mercantil”, tendo como contrapartida o registro em bens arrendados. O efeito do imposto de renda sobre essa diferença é diferido.

d.2) Arrendamento Mercantil Operacional

i. Arrendamento Operacional a Receber

Refletem o saldo das contraprestações a receber, atualizado de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente.

ii. Rendas a apropriar

Representam a contrapartida do valor das contraprestações a receber, sendo apropriadas ao resultado quando dos vencimentos das parcelas contratuais. As rendas das operações de arrendamento que estiverem vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30/06/2023 E 31/12/2022 PARA CONTAS PATRIMONIAIS
DE 01/01 A 30/06 DE 2023 E 2022 PARA CONTAS DE RESULTADO
(Em milhares de reais - R\$)

iii. Imobilizado de Arrendamento Mercantil Operacional

Registrado pelo custo de aquisição, deduzidas as respectivas depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo prazo dos contratos de Arrendamento Mercantil Operacional e baseada na estimativa do valor de mercado dos respectivos bens ao final do contrato. Essa depreciação é contabilizada a débito de “Resultado de Operações de Arrendamento Mercantil”.

e) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de arrendamento mercantil são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682 de 22 de dezembro de 1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (perda).

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, com o mesmo “rating” em que estavam classificadas. As renegociações de operações de arrendamento mercantil que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas no nível “H” e os eventuais ganhos provenientes da renegociação só são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

Conforme instruções do BACEN, a Sociedade contabiliza provisão adicional de perdas esperadas associadas ao risco de crédito em relação as perdas calculadas no ECL (Expected Credit Loss) da Matriz. As provisões calculadas pela Matriz e Locais são comparadas trimestralmente por cliente e quando a provisão da Matriz for maior é constituído o valor da diferença no resultado local.

f) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Sociedade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis são amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico e, estão sujeitos ao teste de recuperabilidade, de acordo com critérios estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 01 Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela Resolução nº 3.566 de 29 de maio de 2008.

g) Obrigações por empréstimos

São demonstradas pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço reconhecidos em base “pro rata” dia.

h) Atualização monetária de direitos e obrigações

Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos a índices de atualização, são atualizados até as datas dos balanços. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas no resultado do semestre.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30/06/2023 E 31/12/2022 PARA CONTAS PATRIMONIAIS
DE 01/01 A 30/06 DE 2023 E 2022 PARA CONTAS DE RESULTADO
(Em milhares de reais - R\$)

i) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com as determinações estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC 25 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes aprovado pela Resolução nº 3.823 de 16 de dezembro de 2019.

As obrigações legais, fiscais e previdenciárias decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.

j) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é calculada à alíquota de 15% acrescida de 10% sobre o lucro real ajustado anualmente, apurado mensalmente de acordo com a legislação fiscal vigente. A provisão para contribuição social é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro ajustado mensalmente de acordo com a legislação fiscal vigente.

k) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Conforme definido pela Resolução nº 3.566 de 29 de maio de 2008, uma perda por redução ao valor recuperável (“*impairment*”) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

l) Partes relacionadas

As divulgações de informações sobre as partes relacionadas são efetuadas em consonância a Resolução nº 3.750 de 30 de junho de 2009, que determinou a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 05 Divulgação sobre Partes Relacionadas.

m) Uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor de mercado de determinados ativos e passivos financeiros; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado; (iii) amortizações de ativos intangíveis e (iv) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes de operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa e dos passivos contingentes. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

n) Resultado por ação

A divulgação do lucro líquido por ação é apresentada pela divisão do lucro líquido do período pela quantidade total de ações.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30/06/2023 E 31/12/2022 PARA CONTAS PATRIMONIAIS
DE 01/01 A 30/06 DE 2023 E 2022 PARA CONTAS DE RESULTADO
(Em milhares de reais - R\$)

o) Plano de pagamento baseado em ações

O plano de pagamento baseado em ações, está classificado como instrumento patrimonial, calculada com base no valor da ação do Grupo SG, atualizado pelo EUR na data do fechamento, e é reconhecido no resultado durante o período de carência em contrapartida da conta de “reserva de capital” no patrimônio líquido, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 10 Pagamento Baseado em Ações.

p) Resultado recorrente e não recorrente

A divulgação dos resultados recorrentes e não recorrentes são efetuados em consonância a Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020, que determinou a apresentação em Nota explicativa de forma segregada os resultados que não estejam relacionados ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. A Administração possui em política a relação de atividades consideradas atípicas e monitora semestralmente o resultado destas atividades.

Entende-se como resultado não recorrente o resultado que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

Para o semestre findo em 30 de junho de 2023 não houve resultado não recorrente, e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 houve resultado não recorrente de R\$ 15mil, relacionado a venda de imobilizado de uso.

q) Normas de aplicação futura

1. Resolução CMN Nº 4.966 de 25 de novembro de 2021

Em 25 de novembro de 2021, foi divulgada a Resolução CMN Nº 4.966, a qual define os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A normativa estará vigente em sua totalidade a partir de 1º de janeiro de 2025. Entretanto, é exigido que as referidas instituições elaborem até 31 de dezembro de 2022, e mantenham à disposição do Banco Central do Brasil, um plano para a implementação dessa normativa. E, conforme Art. 76, Parágrafo Único, Inciso II, o plano para a implementação deve ser apresentado de forma resumida. Por sua vez, o plano para a implementação foi devidamente aprovado em Ata de Reunião de Diretoria, realizada em 13 de dezembro de 2022.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30/06/2023 E 31/12/2022 PARA CONTAS PATRIMONIAIS
DE 01/01 A 30/06 DE 2023 E 2022 PARA CONTAS DE RESULTADO
(Em milhares de reais - R\$)

1.1 Plano para a Implementação

Para a elaboração do plano para a implementação, foram avaliados o cenário atual da instituição, além das eventuais possibilidades de mudanças em sistemas, produtos, processos e na própria normatização. Entretanto, como o Banco Central do Brasil ainda poderá divulgar normas complementares, necessárias à execução do referido normativo, entre outros, sobre o método simplificado para amortização de custos de transação (taxa efetiva de juros), definições de principal e juros para o teste SPPJ, pisos de provisão para ativos com problemas de recuperação de crédito, regras para adoção pela abordagem completa da PECLD, este plano poderá ser revisto pela instituição.

A seguir, encontram-se listados alguns dos principais itens abordados no plano para a implementação:

- capacitação da equipe;
- classificação e mensuração de ativos financeiros (Modelo de Negócio e Teste SPPJ);
- reclassificação de ativos financeiros;
- classificação de passivos financeiros;
- custos de transação;
- ativos com problemas de recuperação de crédito;
- provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; e
- evidenciação.

Observa-se que para cada item relacionado, o plano para implementação prevê os seguintes desdobramentos:

- Cenário Atual: como a instituição trata as informações de acordo com a regulamentação vigente;
- Proposta: o que a instituição entende ser necessário implementar/modificar para se adequar à referida norma;
- Sistemas: quais os aplicativos utilizados pela instituição, responsáveis pelo registro e controle das transações, impactados pela Resolução;
- Processos: quais os processos afetados pela nova regra; e
- Responsabilidades: quais áreas serão responsáveis pelas modificações/manutenções relativas às mudanças normativas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30/06/2023 E 31/12/2022 PARA CONTAS PATRIMONIAIS
DE 01/01 A 30/06 DE 2023 E 2022 PARA CONTAS DE RESULTADO
(Em milhares de reais - R\$)

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

O processo de Gerenciamento de Riscos é realizado de forma conjunta, integrada e consolidada no Brasil pelo Conglomerado Prudencial do Société Générale Brasil.

O nível de risco aceitável na condu o dos negócios está estabelecido na RAS (Risk Appetite Statement) para o Conglomerado Prudencial do Société Générale Brasil, de acordo com a natureza das opera es e com a complexidade dos produtos, serviços e atividades, e em conformidade com a Resolu o n  4.557, de 23 de fevereiro de 2017. Os indicadores dos riscos são produzidos e formalmente reportados pelas unidades especializadas na gestão de cada tipo de risco, de forma independente das unidades de negócios.

A  rea de Gestão Integrada dos Riscos monitora estes indicadores mensalmente para garantir que a exposi o não ultrapasse os limites e as métricas estabelecidas na RAS, e reporta eventuais excessos ao Diretor de Riscos e aos Membros do Comitê de Riscos.

O relatório completo sobre a Gerenciamento de Riscos requerido pela Resolu o n  4.557, de 23 de fevereiro de 2017, que não fazem parte da Demonstra es Financeiras, está disponível no endereço eletrônico: www.sgbrasil.com.br.

I. Risco de crédito: Em linha com as melhores práticas, o Gerenciamento de Risco de Crédito   um processo contínuo e evolutivo do mapeamento, da aferi o e do diagnóstico dos modelos, dos instrumentos, das políticas e dos procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das opera es efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos. As políticas observam cuidados relacionados   análise da capacidade de pagamento do tomador, além de levar em conta parâmetros de concentra o, concessão, exigência de garantias e prazos que não comprometam a qualidade esperada da carteira.

Para o semestre findo em 30 de junho de 2023, a carteira não registrou deteriora o. A institui o registrou despesa de PDD estável, ainda que tenha registrado novos casos em atraso, os clientes de contratos antigos que foram renegociados vem realizando os pagamentos de acordo com o novo fluxo estabelecido.

II. Risco de mercado:   o risco que consiste na possibilidade de ocorrência de perda resultante da oscila o de preços e taxas de mercado em fun o de descasamentos de prazos, moedas e indexadores nas posi es detidas pelo Conglomerado Prudencial do Société Générale Brasil. São classificadas como fonte de risco de mercado as opera es sujeitas   varia o das taxas de câmbio, das taxas de juros, dos preços de a es e dos preços de mercadorias (commodities). Todas as opera es existentes no BSGB são consideradas para efeito de Gerenciamento de Risco de Mercado, exceto as opera es vinculadas aos recursos provenientes do capital.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30/06/2023 E 31/12/2022 PARA CONTAS PATRIMONIAIS
DE 01/01 A 30/06 DE 2023 E 2022 PARA CONTAS DE RESULTADO
(Em milhares de reais - R\$)

As técnicas de mensuração utilizadas para medir e controlar o risco de mercado são descritas a seguir:

Técnicas de Mensuração de Risco de Mercado

i. Valor em Risco (Value at Risk)

O VaR é uma estimativa baseada em estatística de perdas que podem ser ocasionadas à carteira atual de investimentos por mudanças adversas nas condições do mercado. Ele expressa o valor "máximo" que o Conglomerado pode perder, levando em conta um nível de confiança (99%). Existe, portanto, uma probabilidade estatística (100% - 99%) de que as perdas reais possam ser maiores do que a estimativa baseada no VaR. Este modelo pressupõe um "período de manutenção das posições" (1 dia). Além disto, pressupõe também que a movimentação ocorrida ao longo deste período seguirá um padrão similar ao das movimentações que tenham ocorrido ao longo de períodos de 260 dias úteis no passado, ou seja 1 ano. O VaR é utilizado para a mensuração de risco como, por exemplo, das operações financeiras da carteira de negociação sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas denominadas em real. Os limites estabelecidos são diariamente monitorados pela Área de Risco de Mercado do Conglomerado.

ii. Análise de Sensibilidade

A Análise de Sensibilidade visa mensurar o risco de mercado das operações financeiras da carteira de negociação sujeitas à variação das taxas de juros nacionais e internacionais. A análise consiste em verificar o quanto seu valor de mercado se altera no caso de oscilação de um basis-point (ou seja, 0,01%) na taxa de juros. Tal medida é internacionalmente conhecida, dentre outras denominações, por DV01 (dolar-value ou delta-value for one basis-point), PV01 ou PVBP (present value of a basis-point) ou Monetary Duration. Nos controles e relatórios de risco gerados diariamente pela área de Risco de Mercado do Conglomerado, a metodologia de "Análise de Sensibilidade" é aplicada considerando uma oscilação de 10 basis-point (isto é, 0,10%) nas taxas de juros locais, também nas taxas de juros internacionais. Para monitorar a conformidade em relação aos limites definidos, o resultado obtido a partir da aplicação do choque de 10 basis-points em cada fator de risco (ou seja, taxa de juros em reais e taxas de juros em moeda estrangeira) é comparado aos limites de sensibilidade pré-estabelecidos pela área de risco de mercado e aprovados pelo Comitê de Riscos de Mercado e Liquidez.

iii. Testes de estresse

Com o objetivo de estimar a possível perda não contemplada pelo VaR, a Área de Risco de Mercado do Conglomerado avalia diariamente os possíveis impactos nas posições em cenários extremos. O teste de estresse é uma ferramenta que busca quantificar o impacto negativo de choques e eventos econômicos que sejam desfavoráveis financeiramente às posições da instituição. Para o Conglomerado, o teste de estresse possui dois objetivos: delimitar o risco de uma atividade ou de um mercado específico e proporcionar uma visão do risco global e do risco por produto, para desta forma proteger o Grupo Soci  t   G  n  rale de consequ  ncias desfavor  veis resultado de choques de mercado. Os cen  rios de teste de estresse consistem em cen  rios previamente definidos e revisados anualmente pela   rea de Risco de Mercado. S  o baseados em eventos hist  ricos ou hipot  ticos, que apresentam alguma possibilidade real de ocorr  ncia.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30/06/2023 E 31/12/2022 PARA CONTAS PATRIMONIAIS
DE 01/01 A 30/06 DE 2023 E 2022 PARA CONTAS DE RESULTADO
(Em milhares de reais - R\$)

(a) Risco de Câmbio

O Conglomerado está exposto aos efeitos de flutuação nas taxas de câmbio vigentes sobre sua situação financeira e seus fluxos de caixa. O risco de câmbio é monitorado diariamente através da apuração da exposição cambial em moeda estrangeira. O Conglomerado controla a exposição a esse fator de risco através da atuação nos mercados de derivativos cambiais.

(b) Risco de Taxa de Juros

O risco de taxa de juros em fluxos de caixa é o risco de que os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro variem como resultado de mudanças nas taxas de juros do mercado. O risco da taxa de juros sobre o valor justo é o risco de que o valor de um instrumento financeiro varie como resultado de mudanças nas taxas de juros do mercado. O Conglomerado se expõe aos efeitos de flutuações das taxas de juros vigentes no mercado tanto sobre o valor justo dos seus instrumentos financeiros, como sobre seus fluxos de caixa. As margens de juros podem variar em decorrência dessas flutuações, podendo resultar em perdas para a instituição. As áreas de Risco de Mercado em Paris, Nova Iorque e Brasil, juntamente com os membros do Comitê de Gestão de Capital, Riscos de Mercado e Liquidez Grupo (CGCRLMG), estabelecem limites sobre o nível de descasamento de taxa de juros que pode ser assumido.

III. Risco de liquidez: O gerenciamento do risco de liquidez tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações, assim como a liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das operações.

IV. Risco operacional: O Gerenciamento do Risco Operacional do Conglomerado é feito de forma contínua e integrada quanto a governança, relatórios de monitoramento, treinamento e comunicação para garantir a eficácia dos processos, de acordo com as diretrizes do Grupo Société Générale na França, com as exigências da Basileia II, com a Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017 e com a Política de Gestão Integrada de Riscos do Conglomerado do Société Générale Brasil.

A atividade de Gerenciamento do Risco Operacional é executada por um departamento específico, segregado da unidade executora e da atividade de auditoria interna, subordinada diretamente ao Departamento de Risco Operacional na matriz da SGEF na França e localmente a Diretora de Risco.

A estrutura inclui o monitoramento do Risco Operacional decorrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da instituição, prevendo os respectivos planos de contingências, de acordo com a Política de Gerenciamento de Riscos de Terceiros.

A SGEF segue as diretrizes do grupo Société Générale e identifica e monitora a sua exposição ao risco operacional através de vários instrumentos, compatíveis com a natureza, o volume e a complexidade de suas atividades, sendo eles:

- Auto Avaliação de Risco e Controle (RCSA), para analisar e classificar o risco associado às atividades de cada departamento, considerando os controles implantados para mitigação, de acordo com a metodologia global. Essa avaliação é realizada no mínimo anualmente e desencadeia planos de ações mitigantes a partir de um certo nível de exposição;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30/06/2023 E 31/12/2022 PARA CONTAS PATRIMONIAIS
DE 01/01 A 30/06 DE 2023 E 2022 PARA CONTAS DE RESULTADO
(Em milhares de reais - R\$)

- Análise e gerenciamento dos riscos associados a contratação de serviços de terceiros;
- Análise sistemática de incidentes operacionais e coleta de perdas;
- Monitoramento mensal dos indicadores de risco;
- Controles internos permanentes e periódicos (auditorias) com planos de ações corretivos;
- Controles de conformidade e de prevenção à lavagem de dinheiro, anti-suborno e corrupção, e sanções e embargos ("Compliance");
- Controles e treinamentos mandatórios relacionados a Segurança da Informação e Segurança Cibernética;
- Plano de continuidade de negócios e gestão de crise;
- Campanhas de conscientização dos colaboradores.

Também são observados os tópicos relacionados ao gerenciamento do risco social, ambiental e climático de forma integrada à gestão do risco operacional, em cumprimento a regulamentação em vigor, de acordo com o disposto na Política de Risco Social, Ambiental e Climático.

5. GERENCIAMENTO DE CAPITAL

Para efeito de alocação de capital regulamentar, previsto no art. 1º da Circular nº 3.640, de 04 de março de 2013, e alterada pela Circular nº 3.675, de 31 de outubro de 2013, o Conglomerado adotou a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada.

A divulgação das informações consolidadas referentes à gestão de riscos, à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e à apuração do Patrimônio de Referência (PR) conforme requerido pela Circular BACEN no 3.678, de 31 de outubro de 2013, alterada pela Circular nº 3.716, de 21 de agosto de 2014, estão publicadas em nosso site no endereço eletrônico www.sgbrasil.com.br, seção Gestão de Riscos, os quais não fazem parte dessas Demonstrações Financeiras.

O Conglomerado do Grupo Société Générale Brasil S.A. realiza a gestão de seu Capital Regulatório de forma descentralizada, ficando cada instituição financeira integrante individualmente responsável pelos respectivos gerenciamentos de capital e avaliações de possíveis impactos oriundos dos riscos associados às empresas não financeiras sob sua gestão. A atividade é realizada através de Estruturas de Gerenciamento de capital individuais, compostas de técnicas, ferramentas, processos e responsabilidades voltadas ao planejamento e monitoramento de seu respectivo Capital de acordo com os requerimentos definidos na Política de Gerenciamento de Capital do Conglomerado prevendo:

- Mecanismos para a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos, inclusive aqueles não cobertos pelo Patrimônio de Referência Exigido (PRE), com respectivos indicadores calibrados conforme apetite de riscos estabelecidos para a Sociedade e periodicamente reportados à administração;
- Plano de capital abrangendo o horizonte de três anos;
- Simulações de eventos severos e condições extremas de mercado (testes de estresse) e avaliação de seus impactos no capital.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30/06/2023 E 31/12/2022 PARA CONTAS PATRIMONIAIS
DE 01/01 A 30/06 DE 2023 E 2022 PARA CONTAS DE RESULTADO
(Em milhares de reais - R\$)

As informações acima são formalizadas através de Planos de Capital de cada empresa e então submetidos ao Comitê de Gestão de Capital, Riscos de Liquidez e Mercado Grupo (CGCRLMG).

O dimensionamento das Estruturas é adequado ao nível de complexidade dos respectivos produtos e operações, sendo a coordenação entre as estruturas realizada através do CGCRLMG, que se reúne mensalmente.

A organização mantém capital regulatório mínimo para suportar suas atividades, calculando mensalmente o consumo de capital de acordo com a Resolução 4.557, de 23 de fevereiro de 2017. Para efeito prospectivo, estimamos anualmente o capital requerido no horizonte de 3 anos num cenário normal e estressado baseando-se no orçamento estabelecido pela área de negócios, sendo este estudo aprovado no Comitê de Gestão de Capital, Riscos de Liquidez e Mercado Grupo (CGCRLMG). Este estudo pode ser revisado a qualquer tempo, desde que condições excepcionais se manifestem antes do prazo de um ano estabelecido em nossa política. Caso venha a ser detectado eventual descumprimento dos níveis definido pelo BACEN durante nossa projeção de 3 anos, são adotadas as seguintes medidas:

Nível	Tempo Desenquadramento	Ação	Fórum
Nível 1	6 meses	Definição de Estratégia	ExCo & CGCRLM
Nível 2	3 meses	Reavaliação da Estratégia	ExCo & CGCRLM
Nível 3	2 meses	Reavaliação da Estratégia	ExCo, CGCRLM & Matriz
Nível 4	N/A	Operacionalização do Aumento de Capital	Matriz

6. DISPONIBILIDADES

	<u>30.06.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Disponibilidades	<u>752</u>	<u>723</u>
Total	<u>752</u>	<u>723</u>

7. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

- a) O saldo de aplicações em depósitos interfinanceiros refere-se às aplicações em CDI pós junto a instituição líder do Conglomerado com vencimentos até 2025.

	<u>30.06.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Depósitos interfinanceiros ligadas (nota 16a)	<u>80.219</u>	<u>85.388</u>
Curto prazo	17.458	1.477
Longo prazo	<u>62.761</u>	<u>83.911</u>

SOCIETE GENERALE EQUIPMENT FINANCE S/A – ARRENDAMENTO MERCANTIL

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30/06/2023 E 31/12/2022 PARA CONTAS PATRIMONIAIS
DE 01/01 A 30/06 DE 2023 E 2022 PARA CONTAS DE RESULTADO
(Em milhares de reais - R\$)

b) Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez

	<u>30.06.2023</u>	<u>30.06.2022</u>
Receitas de aplicações CDI (nota 16a)	<u>4.986</u>	<u>4.280</u>

8. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

Os contratos de arrendamento mercantil estão registrados pelos seus valores presentes, apurados com base na taxa interna de retorno de cada contrato. Esses contratos, em atendimento às normas do BACEN são apresentados em diversas contas patrimoniais, as quais são resumidas conforme segue.

ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO

a) Composição do valor presente dos contratos de arrendamento mercantil financeiro:

	<u>30.06.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Arrendamentos a receber	229.348	216.927
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(228.623)	(216.469)
Imobilizado de arrendamento, líquido de depreciação (nota 8e)	196.414	177.353
Superveniência de depreciação (nota 8e)	33.713	26.905
Perdas em arrendamento a amortizar líquidas (nota 8e)	11.191	15.176
Credores por antecipação de valor residual	<u>(46.110)</u>	<u>(31.939)</u>
Valor presente dos contratos de arrendamento mercantil	<u>195.933</u>	<u>187.953</u>

b) Composição de valor presente de arrendamento financeiro por vencimento

<u>Prazo</u>	<u>30.06.2023</u>		<u>31.12.2022</u>	
	<u>Valor</u>	<u>%</u>	<u>Valor</u>	<u>%</u>
Vencidas até 14 dias	199	0,1%	57	0,0%
Vencidas a partir de 15 dias	1.315	0,7%	385	0,2%
A vencer até 3 meses	22.802	11,6%	21.168	11,3%
A vencer de 3 a 12 meses	62.138	31,7%	55.292	29,4%
A vencer de 1 a 3 anos	92.399	47,2%	90.149	48,0%
A vencer de 3 a 5 anos	17.015	8,7%	20.902	11,1%
A vencer de 5 a 15 anos	<u>65</u>	<u>0,0%</u>	<u>-</u>	<u>0,0%</u>
Total	<u>195.933</u>	<u>100,0%</u>	<u>187.953</u>	<u>100,0%</u>

SOCIETE GENERALE EQUIPMENT FINANCE S/A – ARRENDAMENTO MERCANTIL

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30/06/2023 E 31/12/2022 PARA CONTAS PATRIMONIAIS
DE 01/01 A 30/06 DE 2023 E 2022 PARA CONTAS DE RESULTADO
(Em milhares de reais - R\$)

c) Composição de valor presente do arrendamento mercantil financeiro por atividade

<u>Setor Privado</u>	<u>30.06.2023</u>		<u>31.12.2022</u>	
	<u>Valor</u>	<u>Percentual sobre o Total</u>	<u>Valor</u>	<u>Percentual sobre o Total</u>
Indústria	58.404	29,8%	52.258	27,8%
Comércio	14.761	7,5%	15.508	8,3%
Instituição Financeira	17.138	8,7%	21.917	11,7%
Outros Serviços	<u>105.630</u>	<u>53,9%</u>	<u>98.270</u>	<u>52,3%</u>
Total	<u>195.933</u>	<u>100,0%</u>	<u>187.953</u>	<u>100,0%</u>

d) Composição do valor presente de arrendamento financeiro por maiores devedores

	<u>30.06.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Principal devedor	37.791	31.199
10 seguintes maiores devedores	79.187	86.597
20 seguintes maiores devedores	44.875	40.841
50 seguintes maiores devedores	31.014	26.988
100 seguintes maiores devedores	<u>3.066</u>	<u>2.328</u>
Total	<u>195.933</u>	<u>187.953</u>

e) Bens arrendados – Arrendamento mercantil financeiro

	<u>Taxa anual de Depreciação (%)</u>	<u>30.06.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Máquinas e equipamentos	14,29%	351.248	306.257
Equipamentos de informática	28,57%	23.304	23.305
Aeronaves	28,57%	12.963	12.962
Depreciação acumulada		<u>(191.101)</u>	<u>(165.171)</u>
Total		<u>196.414</u>	<u>177.353</u>
Superveniência de depreciação (nota 8a)		33.713	26.905
Perdas em arrendamento a amortizar líquidas (nota 8a)		11.191	15.176

O seguro dos bens arrendados é efetuado pelos arrendatários, com cláusula de benefício em favor da arrendadora.

SOCIETE GENERALE EQUIPMENT FINANCE S/A – ARRENDAMENTO MERCANTIL

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30/06/2023 E 31/12/2022 PARA CONTAS PATRIMONIAIS
DE 01/01 A 30/06 DE 2023 E 2022 PARA CONTAS DE RESULTADO
(Em milhares de reais - R\$)

RESULTADO DE OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

	<u>30.06.2023</u>	<u>30.06.2022</u>
Receita de arrendamento	44.292	53.594
(Insuficiência) / Superveniência de depreciação	6.808	(289)
Despesa de depreciação de bens arrendados	(35.465)	(32.152)
Outras (despesas) / receitas de arrendamento	<u>(4.770)</u>	<u>(13.394)</u>
Total	<u>10.865</u>	<u>7.759</u>

9. PROVISÃO PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO

O risco da carteira de arrendamento mercantil, a valor presente, e a provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa, conforme estabelecido na Resolução nº 2.682 de 22 de dezembro de 1999, estavam assim distribuídos:

Nível de Risco	Percentual de Provisão	30/06/2023				31/12/2022			
		Curso		Total da		Curso		Total da	
		Normal	Vencido	Carteira	Provisão	Normal	Vencido	Carteira	Provisão
AA	-	37.791	-	37.791	-	31.199	-	31.199	-
A	0,50%	19.681	-	19.681	98	25.372	-	25.372	127
B	1,00%	104.168	-	104.168	1.042	102.599	31	102.630	1.026
C	3,00%	23.758	88	23.845	715	20.084	101	20.185	606
D	10,00%	975	-	975	98	1.071	-	1.071	107
E	30,00%	1.915	178	2.093	628	226	-	226	68
F	50,00%	-	-	-	-	-	-	-	-
G	70,00%	1.804	285	2.089	1.462	291	-	291	204
H	100,00%	4.327	964	5.291	5.291	<u>6.669</u>	310	<u>6.979</u>	<u>6.978</u>
Provisão mínima		<u>194.419</u>	<u>1.514</u>	<u>195.933</u>	<u>9.334</u>	<u>187.511</u>	<u>442</u>	<u>187.953</u>	<u>9.116</u>
Provisão adicional (*)					16				27
Total					<u>9.350</u>				<u>9.143</u>

(*) Valor de provisão adicional referente ao ajuste calculado para a Matriz.

Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	<u>30.06.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Saldo Inicial	9.116	12.404
(Reversão) / Constituição	217	(3.072)
Créditos baixados para prejuízo	-	<u>(215)</u>
Saldo final	<u>9.334</u>	<u>9.116</u>
Constituição adicional	16	27
Curto prazo	4.118	3.730
Longo prazo	5.215	5.386

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30/06/2023 E 31/12/2022 PARA CONTAS PATRIMONIAIS
DE 01/01 A 30/06 DE 2023 E 2022 PARA CONTAS DE RESULTADO
(Em milhares de reais - R\$)

10. OUTROS ATIVOS E PROVISÕES

a) Outros ativos

	<u>30.06.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Impostos a compensar	10.410	11.624
Adiantamento e antecipações salariais	64	54
Devedores diversos no país	297	188
Despesas antecipadas	268	262
Depósito Judicial	1.038	-
Outros	<u>71</u>	<u>45</u>
Total	<u>12.148</u>	<u>12.173</u>
Curto prazo	1.906	3.287
Longo prazo	10.242	8.886

b) Provisões - fiscais e previdenciárias

	<u>30.06.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Impostos e contribuições a recolher	<u>1.456</u>	<u>3.142</u>
Total	<u>1.456</u>	<u>3.142</u>
Curto prazo	1.456	3.142
Longo prazo	-	-

c) Provisões diversas

	<u>30.06.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Fundo de reserva de financiamento	40.202	38.346
Provisão para riscos fiscais (nota 21b)	-	16.774
Provisão para riscos cíveis	26	516
Despesas de pessoal	5.203	4.656
Valores a pagar a sociedade ligada (nota 16a)	99	76
Credores diversos	-	43
Provisão adicional ECL (*)	16	27
Provisão para pagamentos a fornecedores	760	721
Outras	<u>544</u>	<u>555</u>
Total	<u>46.850</u>	<u>61.715</u>
Curto prazo	46.340	54.840
Longo prazo	510	6.875

(*) Valor de provisão adicional referente ao ajuste calculado para a Matriz

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30/06/2023 E 31/12/2022 PARA CONTAS PATRIMONIAIS
DE 01/01 A 30/06 DE 2023 E 2022 PARA CONTAS DE RESULTADO
(Em milhares de reais - R\$)

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social incidentes sobre as operações nos semestres findos em 30 de junho de 2023 e de 2022:

	<u>Imposto de Renda</u>		<u>Contribuição Social</u>	
	<u>2023</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	16.328	2.017	16.328	2.016
Alíquota vigente	<u>25%</u>	<u>25%</u>	<u>15%</u>	<u>15%</u>
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL	(4.082)	(504)	(2.449)	(302)
Outros	(32)	(30)	(19)	(18)
Provisão para devedores duvidosos	54	288	33	173
Provisão de contingências	4.494	175	2.696	105
Outras diferenças temporárias	3	665	2	399
Superveniência	1.702	(72)	-	-
(Imposto de Renda e Contribuição Social) / Base Negativa de Imposto de Renda e Contribuição Social	2.140	521	-	-
Imposto de renda – alíquota adicional	12	12	-	-
Total de IRPJ e CSLL corrente	=	=	=	=
Imposto diferido sobre superveniência	(8.428)	84	-	-
Total da despesa de IRPJ e CSLL	<u>(8.428)</u>	<u>84</u>	=	=

b) Constituição do imposto de renda diferido

	<u>30.06.2023</u>	<u>30.06.2022</u>
Superveniência de depreciação (nota 8a)	33.713	23.238
Alíquota de imposto de renda	<u>25%</u>	<u>25%</u>
Constituição sobre diferenças temporárias	<u>8.428</u>	<u>5.809</u>

O valor constituído de passivo fiscal diferido refere-se a 25% de IR sobre o saldo final do ativo de Superveniência/Insuficiência de depreciação de bens objeto de operações de arrendamento mercantil.

No exercício findo em 30 de dezembro de 2022, o saldo de Provisão para riscos fiscais (Nota 22) era de R\$ 16.774, o qual não foi constituído ativo fiscal diferido devido a não previsibilidade de execução da ação nos próximos 10 anos, conforme Resolução CMN n° 4.842 de 30 de julho de 2020.

c) Movimentação do imposto de renda diferido

	<u>30.06.2023</u>	<u>30.06.2022</u>
Saldo inicial	6.726	5.894
Adições / (Reversões)	<u>1.702</u>	<u>(84)</u>
Saldo final	<u>8.428</u>	<u>5.809</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30/06/2023 E 31/12/2022 PARA CONTAS PATRIMONIAIS
DE 01/01 A 30/06 DE 2023 E 2022 PARA CONTAS DE RESULTADO
(Em milhares de reais - R\$)

12. DEPÓSITOS INTERFINANCEIROS

- a) O saldo de depósitos interfinanceiros refere-se às captações em CDI Pré e Pós junto a instituição líder do Conglomerado.

	<u>30.06.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Depósito interfinanceiro ligada (nota 16a)	120.358	116.100
Total	<u>120.358</u>	<u>116.100</u>
Curto prazo	44.665	38.474
Longo prazo	75.693	77.626

- b) Resultado de captação no mercado

	<u>30.06.2023</u>	<u>30.06.2022</u>
Operações de captação no mercado (nota 16a)	(6.143)	(3.881)
Total	<u>(6.143)</u>	<u>(3.881)</u>

13. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Segregação empréstimos no país e exterior

	<u>30.06.2023</u>	<u>31.12.2022</u>	<u>30.06.2023</u>	<u>30.06.2022</u>
	Patrimonial	Patrimonial	Resultado	Resultado
Empréstimos:				
Obrigações por empréstimos no exterior – não ligadas	-	-	-	(582)
Obrigações por empréstimos no exterior – ligadas (i) (nota 16a)	5.750	7.263	436	2.319
Obrigações por empréstimos	<u>5.750</u>	<u>7.263</u>	<u>436</u>	<u>1.737</u>
Curto prazo	(1.615)	(2.075)		
Longo Prazo	<u>(4.135)</u>	<u>(5.188)</u>		
	<u>(5.750)</u>	<u>(7.263)</u>		

i) Captações no Exterior

A Sociedade, no curso normal de seus negócios, possui operações denominadas em moeda estrangeira, decorrentes de obrigações por empréstimos, captados junto à matriz no exterior do grupo Société Générale – Paris, com vencimentos até 2026, sujeitos   varia o cambial e juros de até 4,51% a.a. e que estão protegidos por instrumentos financeiros derivativos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30/06/2023 E 31/12/2022 PARA CONTAS PATRIMONIAIS
DE 01/01 A 30/06 DE 2023 E 2022 PARA CONTAS DE RESULTADO
(Em milhares de reais - R\$)

Segregação Variação Cambial e Juros

	<u>30.06.2023</u>	<u>30.06.2022</u>
Varição Cambial	494	2.492
Juros	(58)	(755)

14. RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS

Refere-se ao diferimento de desconto comercial obtido junto aos fornecedores, oriundos de operações de arrendamento mercantil. Em 30 de junho de 2023 foi registrado o montante de R\$ 424 mil (R\$ 325mil em 31 de dezembro de 2022).

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social é de R\$ 84.398mil (R\$ 84.398mil em 31 de dezembro de 2022), representado por 3.075.174 ações (3.075.174 em 2022), sendo 1.537.587 ações ordinárias e 1.537.587 ações preferenciais, sem valor nominal, pertencentes à acionista domiciliado no País. As ações preferenciais não têm direito a voto, porém terão prioridade no caso de reembolso do Capital.

Foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 20 de maio de 2021 a redução do capital social da companhia em R\$ 50.000mil. O pagamento ao acionista foi efetuado em 31 de agosto de 2021, após a aprovação do Banco Central do Brasil.

b) Reserva Legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do Capital Social realizado ou 30% do Capital Social, acrescido das Reservas de Capital. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Sociedade não constituiu reserva legal.

c) Reservas Estatutárias

Devido ao prejuízo acumulado apurado, a Sociedade não destinou parte do resultado do semestre para reservas estatutárias.

d) Dividendos

Conforme previsto no estatuto da Sociedade, aos acionistas é assegurado dividendo mínimo obrigatório de 1% sobre o lucro líquido anual, conforme AGE aprovada em 17 de dezembro de 2021.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi constituído R\$ 612 mil em reserva de lucros referentes a dividendos obrigatórios não distribuídos, conforme conf. Art. 1º da Resolução CMN nº 4.885, de 23 dezembro de 2020, que permite a distribuição de no máximo 30% do resultado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30/06/2023 E 31/12/2022 PARA CONTAS PATRIMONIAIS
DE 01/01 A 30/06 DE 2023 E 2022 PARA CONTAS DE RESULTADO
(Em milhares de reais - R\$)

16. TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas decorrem transações realizadas nas mesmas condições de mercado e que apresentam os seguintes saldos:

	Ativo / (Passivo)		Receitas / (Despesas)	
	<u>30.06.2023</u>	<u>31.12.2022</u>	<u>30.06.2023</u>	<u>30.06.2022</u>
<u>Banco Société Générale Brasil S.A.</u>				
Disponibilidades	131	711	-	-
Aplicações interfinanceiras (notas 7a e 7b)	80.219	85.388	4.986	4.280
Outras obrigações diversas (nota 10c)	(99)	(76)	-	-
Depósitos interfinanceiros (notas 12a e 12b)	(120.358)	(116.100)	(6.143)	(3.881)
Outras despesas administrativas (nota 17)	-	-	(485)	(405)
<u>Société Générale – Paris</u>				
Credores diversos – Fianças	-	-	-	(5)
Obrigações por empréstimos no exterior	5.750	7.263	436	2.319

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

O montante global anual pago a título de remuneração dos diretores no semestre findo em 30 de junho de 2023 foi de R\$ 1.527 (R\$ 1.857 em 30 de junho de 2022).

Composição do montante pago aos Diretores

	<u>30.06.2023</u>	<u>30.06.2022</u>
Proventos	1.215	1.368
Contribuição ao INSS	312	489
Total	<u>1.527</u>	<u>1.857</u>

Em 30 de junho de 2023 e de 2022, não há na Sociedade nenhum benefício definido pós-emprego.

Outras informações:

I - Conforme legislação em vigor, a Sociedade não concede empréstimos ou adiantamento para:

- Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- Pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, a própria Sociedade, quaisquer diretores ou administradores da própria Sociedade, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30/06/2023 E 31/12/2022 PARA CONTAS PATRIMONIAIS
DE 01/01 A 30/06 DE 2023 E 2022 PARA CONTAS DE RESULTADO
(Em milhares de reais - R\$)

Dessa forma, não foram efetuados pela Sociedade empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

17. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	<u>30.06.2023</u>	<u>30.06.2022</u>
Despesas com serviços do sistema financeiro	(3)	(4)
Despesas com serviços técnicos especializados	(804)	(1.026)
Despesas de manutenção e conservação de bens	(40)	(46)
Despesas de aluguéis	(440)	(430)
Despesas de processamento de dados	(673)	(566)
Despesas com viagens	(108)	(114)
Despesas com transportes	(51)	(51)
Despesas com serviços administrativos prestados - ligada (nota 16a)	(485)	(405)
Despesas com amortização e depreciação	(15)	(40)
Despesas de comunicações	(53)	(59)
Despesas com promoções e relações públicas	(53)	(7)
Despesas com seguros	-	(32)
Despesas com serviços de terceiros	(535)	(517)
Despesas com entidade de classe	(51)	(47)
Despesas com material	(9)	(7)
Despesas com contribuições filantrópicas	(41)	(38)
Outras	<u>(132)</u>	<u>(91)</u>
Total	<u><u>(3.493)</u></u>	<u><u>(3.480)</u></u>

18. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	<u>30.06.2023</u>	<u>30.06.2022</u>
Receita de juros sobre créditos tributários	560	516
Receita de juros e multas	72	253
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	-	36
Reversão de provisões operacionais	3.646	4.696
Reversão de provisão adicional ECL (*)	27	-
Outras	<u>-</u>	<u>89</u>
Total	<u><u>4.305</u></u>	<u><u>5.590</u></u>

(*) Valor de provisão adicional é referente ao ajuste de ECL calculado pela Matriz, contabilizado seguindo instruções do BACEN.

19. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	<u>30.06.2023</u>	<u>30.06.2022</u>
Despesa com serviços técnicos especializados	(54)	-
Despesas com auditoria	(104)	(139)
Descontos concedidos	(1)	(11)
Despesas com publicação	(16)	(6)
Outros	<u>-</u>	<u>(2)</u>
Total	<u><u>(175)</u></u>	<u><u>(158)</u></u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30/06/2023 E 31/12/2022 PARA CONTAS PATRIMONIAIS
DE 01/01 A 30/06 DE 2023 E 2022 PARA CONTAS DE RESULTADO
(Em milhares de reais - R\$)

20. PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

O Société Générale - Paris oferece como parte da remuneração variável da diretoria e funcionários da Sociedade planos de pagamentos baseados em ações. Os planos são classificados como pagamentos baseados em ações com liquidação em ações. Os planos de ações livres e diferidas são liquidados com entrega de ações do Société Générale - Paris.

A seguir, demonstramos os valores de posição e moviment  o no semestre findo em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, contabilizados na rubrica de despesa com pessoal contra a conta do grupo do patrimônio líquido de reserva de capital.

	<u>30.06.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Saldo Inicial	679	752
Constitui��o	(27)	(73)
Saldo final	<u>652</u>	<u>679</u>

21. PROVIS  ES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGA   ES LEGAIS, FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

A Sociedade   parte em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, tributária e cível decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provis  es são constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de êxito com base nas opini  es dos assessores jurídicos internos e externos. A Sociedade provisiona integralmente o valor das ações cuja avaliação   de perda provável.

A Administração entende que as provis  es constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais.

a) Saldo das provis  es constituídas:

Classificadas como perda provável:

	<u>30.06.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Provis��o para riscos tribut�rios	-	(16.774)
Provis��o para riscos c�veis	<u>(26)</u>	<u>(516)</u>
Total	<u>(26)</u>	<u>(17.290)</u>

b) Moviment  o das contingências:

	<u>30.06.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Saldo inicial	(17.290)	(16.774)
Revers��o/ (Adi��o)	<u>17.264</u>	<u>(516)</u>
Saldo Final	<u>(26)</u>	<u>(17.290)</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30/06/2023 E 31/12/2022 PARA CONTAS PATRIMONIAIS
DE 01/01 A 30/06 DE 2023 E 2022 PARA CONTAS DE RESULTADO
(Em milhares de reais - R\$)

Tributário:

Em 30 de junho de 2023, com o julgamento definitivo da ADPF autuada sob nº 189, foi revertido o provisionamento no montante de R\$ 16.774, referente a cobrança da diferença de alíquota de ISS da Prefeitura do Município de Barueri, referente ao período de 2016 e 2017. Com o julgamento, ficou estabelecida a modulação dos efeitos da decisão que reconhece a cobrança mínima de ISS em 2%, não havendo qualquer contingência passiva para a companhia em relação ao tema.

Cíveis:

Em 2023, um processo cível foi contingenciado, considerando a possibilidade de perda provável na ação judicial de reparação de danos.

Também tivemos uma ação de caráter revisional e condenatória. A ação de caráter revisional proposta por cliente, pleiteia a manutenção da posse de objeto de arrendamento mercantil, rediscussão dos encargos financeiros no valor de R\$ 243k, sendo classificada como possível.

Bem como, em julho de 2023 foi revertida a contingência de R\$ 492K de ação de caráter condenatória proposta por cliente, que pretendia a restituição de quantias pagas a título de antecipação de VRG, bem como ao pagamento de custas e despesas processual e honorários advocatícios.

Trabalhistas:

Sem contingenciamento por ações trabalhistas, dado que resta apenas uma ação trabalhista em curso, com julgamento em Recurso Ordinário favorável à companhia, tendo sido reclassificado como risco de perda remoto pelos assessores jurídicos externos.

22. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em fevereiro de 2023, foi realizado o depósito judicial no valor de R\$ 1.038, referente ao processo de restituição de valores. A discussão do processo foi finalizada e o valor em depósito, desbloqueado em Julho de 2023.
